



Número: **0809524-37.2018.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **10/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 6.412,50**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO SIMAO MENDES DA SILVA (AUTOR)		FRANCISCO FABIO DE MOURA JUNIOR (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
26926418	29/05/2018 15:07	01 - DPVAT - Francisco Simão Mendes da Silva - Procuração	Procuração
26926441	29/05/2018 15:07	02 - DPVAT - Francisco Simão Mendes da Silva - Documentos de Identificação	Documento de Identificação
26926454	29/05/2018 15:07	03 - DPVAT - Francisco Simão Mendes da Silva - Comprovante de Residência	Documento de Comprovação
26926470	29/05/2018 15:07	04 - DPVAT - Francisco Simão Mendes da Silva - Documento do Veículo	Documento de Comprovação
26926477	29/05/2018 15:07	05 - DPVAT - Francisco Simão Mendes da Silva - Boletim de Ocorrência	Documento de Comprovação
26926569	29/05/2018 15:07	06 - DPVAT - Francisco Simão Mendes da Silva - Prontuários Médicos	Documento de Comprovação
26926585	29/05/2018 15:07	07 - DPVAT - Francisco Simão Mendes da Silva - Processo Administrativo	Documento de Comprovação
26937087	03/06/2018 11:32	Decisão	Decisão
28607188	23/07/2018 10:44	Despacho	Despacho
28890842	23/07/2018 14:03	Intimação	Intimação
30949749	23/08/2018 20:48	Petição	Petição
30949752	23/08/2018 20:48	CTPS do Autor	Documento de Comprovação
30949754	23/08/2018 20:48	Declaração de Hipossuficiência	Documento de Comprovação
33548548	17/10/2018 19:19	Despacho	Despacho



FÁBIO MOURA ADVOCACIA E ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ/MF nº 10.433.760/0001-49
Rua Roderick Grandall, 20, Centro, CEP 59.610-240, Mossoró/RN
(084) 3321-6721

PROCURAÇÃO "AD-JUDICIA"

OUTORGANTE:

Nome	Francisco Simão Mendes da Silva		
Nacionalidade	Brasileira	Estado Civil	Viuvo
Profissão	Pedreiro		
RG	588.110 SSP/RN	CPF	241.967.114-72
Endereço:	Rua Sebastião Benigno de Moura, nº 05 - Acauã - Mossoró/RN		

OUTORGADO:

DR. FRANCISCO FÁBIO DE MOURA JÚNIOR, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/RN nº 13.164, e-mail fabio_moura_junior@hotmail.com e **DR. FRANCISCO FÁBIO DE MOURA**, brasileiro, casado, advogado, OAB/RN nº 2.599, e-mail adv.fabiomoura@uol.com.br, **ALCIMAR ANTÔNIO DE SOUZA**, brasileiro, casado, advogado, OAB/RN nº 3.064, e-mail ancimarantonio@hotmail.com, todos com escritório profissional localizado na Rua Roderick Grandall, nº 20, bairro Centro, CEP 59.610-240, Mossoró, estado do Rio Grande do Norte.

PODERES:

Os mais amplos e ilimitados poderes com cláusula *ad judicium* para o foro em geral, especialmente para , onde com esta se apresentar, defender o outorgante em qualquer ação em que seja autor, réu, assistente ou oponente, ou de qualquer modo interessado, podendo interpor todos os recursos em direito permitidos; impetrar mandado de segurança; propor ações e dela variar ou desistir, acompanhando-as em todos os seus termos; e mais os de entrar em acordo; produzir provas e justificações; transigir; firmar compromissos; receber e levantar alvará judicial ou guia de retirada, receber qualquer importância junto ao Poder Judiciário ou instituição financeira, requerer e receber extratos da conta vinculada do FGTS na Caixa Econômica Federal, passar recibos e dar quitação, receber qualquer importância de qualquer natureza em juízo na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL S/A OU QUALQUER OUTRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, firmar estado de pobreza nos termos do art. 98 do NCPC, e ainda, amparada no art. 790-B da CLT, introduzindo pela Lei nº 10.537/2002, finalmente tudo mais usar e praticar, requerer e assinar, para o completo e bom desempenho deste mandato, inclusive substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

x Francisco Simão Mendes da Silva
OUTORGANTE





13/04/2017

2ª Via de Fatura

Imprimir Segunda Via de Conta

NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2ª VIA

COMPANHIA ENERGÉTICA
DO RIO GRANDE DO NORTE
RUA NERMOZ, 150, BALDO,
NATAL, RIO GRANDE DO NORTE
CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-31
INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055199-0



www.cosern.com.br

Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02

Ligações Gratuitas:

-TELEATENDIMENTO COSERN: 116

-Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142

-Ouvidoria 0800 084 0494

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL 167

Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

DADOS DO CLIENTE

JACINTA DE FATIMA MENDES DA SILVA GOMES
CPF: 026.908.944-67 NIS: 12585235647

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA SEBASTIAO BENIGNO DE MOURA 5

AEROPORTO/AREA URBANA
59067-310 MOSSORO RN

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010),
tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à
disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no
site www.cosern.com.br

DATA DE VENCIMENTO

31/03/2017

TOTAL A PAGAR (R\$)

321,12

DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL

24/03/2017

DATA DA APRESENTAÇÃO

24/03/2017

NÚMERO DA NOTA FISCAL

001182812

Série: U

CONTA CONTRATO

000625210011

Nº DO CLIENTE

3000339917

Nº DA INSTALAÇÃO

0000481749

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL - BAIXA RENDA COM NIS
Monofásico

RESERVADO AO FISCO

DD6D.998C.3AF9.E62F.502C.06DE.6774.6D22

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,00	0,20455485	6,13
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,00	0,35066545	24,54
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	120,00	0,52599818	63,11
Consumo Ativo superior a 220 kWh	292,00	0,58444243	170,65
Acréscimo Bandeira AMARELA			10,89
Contribuição Iluminação Pública			21,89
ICMS-Parcela Subvençãoada			13,19
Multa por atraso-NF 001177530 - 25/01/17			6,44
Juros por atraso-NF 001177530 - 25/01/17			4,28
TOTAL DA FATURA			321,12

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS		
ICMS		PIS
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
275,32	27,00	74,33

PIS		CORFIS	
BASE DE CÁLCULO	%	BASE DE CÁLCULO	%
275,32	1,01	2,78	5,72
275,32		15,74	

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO		
RS	%	
275,32	100	

HISTÓRICO DO CONSUMO		
MÊS	CONSUMO (kWh)	VALOR (R\$)
MAR 17	512	240,47
FEV 17	421	220,47
JAN 17	320	160,47
DEZ 16	513	240,47
NOV 16	525	240,47
OCT 16	514	240,47
SET 16	475	240,47
AGO 16	541	240,47
JUL 16	509	240,47
JUN 16	527	240,47
MAY 16	489	240,47
ABR 16	481	240,47
MAR 16	530	240,47

Comunicamos o não pagamento do(s) cont(s) de energia citada(s):

Vencido	De R\$	Valor
03/03/17	240,47	

Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer sua inclusão nos registros de restrição de crédito do SPC e SERASA, com abrangência nacional. Este comunicado não substitui o aviso de débitos anteriores bem como não abrange débitos em discussão judicial que poderão ser cobrados após o fim do processo.

Tarifas Aplicadas		HISTÓRICO DO CONSUMO	
Consumo Ativo até 30 kWh	0,13505485	MAR 17	512
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	0,23238596	FEV 17	421
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	0,34852900	JAN 17	320
Consumo Ativo superior a 220 kWh	0,38731000	DEZ 16	513
		NOV 16	525
		OCT 16	514
		SET 16	475
		AGO 16	541
		JUL 16	509
		JUN 16	527
		MAY 16	489
		ABR 16	481
		MAR 16	530

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

NÚMERO DO MEDIDOR	TÍPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh
0000000000023784	CAT	22/02/2017 35.8/09/09	24/03/2017 36.371/00	30	1,00002	0,00	512,00

DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 25/04/2017

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	MÉDIA MENSAL	MÉDIA TRIM.	MÉDIA ANUAL
DIC-Id de horas sem Energia	MOSSORÓ III	0,00	5,19	10,38	20,77
FIC-Id de vezes sem Energia		0,00	3,30	6,60	13,20
DMC-Duração máxima de interrupção contínua		0,00	2,94	0,00	0,00
DICR-Duração de interrupção em dia crítico					Limite DICR: 12,22
EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 78,30					

Todo Consumidor pode solicitar a separação dos índices DIC, FIC, DMC e DICR a qualquer tempo.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie.
Na data da leitura a bandeira em vigor é a Amarela. Mais informações em www.aneel.gov.br.
O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível da tensão de fornecimento.
Pagamento em atraso gera: Multa 2% (Res. 414/ANEEL-09/09/10) e Juros 1% a.m. (Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês.
Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei Nº 10.438 de 26/04/02 - R\$ 50,23.
O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.
Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento, podendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorrer a suspensão.

NÍVEIS DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)	
	MÍNIMO	MÁXIMO
220	202	231

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

DESTAQUE AQUI

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO	TALÃO DE PAGAMENTO
000625210011	03/2017	321,12	31/03/2017	Evite dobrar, perfurar ou rasurar. Este canhoto será usado em leitora ótica.

838000000033 211200384005 625210011207 014556941438



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL

SEGUNDO DISTRITO POLICIAL - 2º DP/MOSSORÓ

Rua Camilo de Paula, s/nº, Bairro Nova Betânia, Mossoró-RN, Tel.(0xx84) 3315-5592

BOLETIM DE OCORRÊNCIA (DECLARATÓRIO) Nº 611/2017.

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: Acidente de trânsito (DECLARATÓRIO)

LOCAL DO FATO: Rn, 015, estrada de Baraunas/Mossoró/RN.

DATA E HORA DO FATO: 03/02/2017, por volta das 19:0hs.

DECLARANTE: FRANCISCO SIMÃO MENDES DA SILVA,

ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua-Sebastião Benigno de Moura, 05 Aeroporto/Mossoró/RN.

DATA DE NASCIMENTO: 08/01/1957

DOCUMENTO: RG. nº 588.110/SSP-RN.

TEL:

VÍTIMA: ele comunicante.

NOTICIADO: prejudicado.

DECLARAÇÃO DA OCORRÊNCIA

O declarante relata que na data, hora e local, acima supracitado, conduzia sua motoneta, marca Traxx JL 50, cor preta, placa QGF-3407/RN, cuja documentação, se encontra em nome dele, que se envolveu em um acidente de trânsito colidindo com um ciclista, que teve lesões no corpo, que foi socorrido pelo Samu, para uma unidade de atendimento público, que solicita o presente para fins de DPVAT. Nada mais disse.

DATA E HORÁRIO DO ASSENTAMENTO DAS DECLARAÇÕES: 07/06/2017, às 10:10hs.

OBS. Salientamos a quem for de direito, que seguem-se, cópias CRLV, do mencionado veículo, para que se possa colher mais informações minuciosas referente ao veículo, conduzido pela vítima.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Elaboração do B.O. declaratório. Ciente e comunicado a chefia desta DP.


ASSINATURA DO DECLARANTE RESPONSÁVEL


APC-Rosângela F. Santos.



SAMU
MOSSORÓ
192

Prefeitura Municipal de Mossoró
Secretaria Municipal da Saúde
SAMU MOSSORÓ 192

DECLARAÇÃO DE OCORRÊNCIA REGISTRO Nº 168

Mossoró 24 Março de 2017

Em resposta a solicitação do (a) Sr. (a) **FRANCILEIDE SOARES, 39 anos,**

RG: 1.911.201 passo a informar o que consta em nosso registro.

Identificação da ocorrência: 37

Nome do Paciente: FRANCISCO SIMÃO MENDES DA SILVA, 60 anos

Data: 03/02/2017


Local da ocorrência: RN 015.

Viatura: USB – Unidade de Suporte Básico 02.

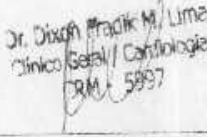
Hora do Chamado: 19h 00min.

Natureza da Ocorrência: Colisão de moto x bicicleta.

Procedimento no Local: Paciente socorrido de acordo com os protocolos SAMU, encaminhado para o Hospital Regional Tarcisio Maia, conforme regulação médica.


Silvania do Monte Santiago

Agente administrativo SAMU/Mossoró


Dixon Fradik Medeiros de Lima
Matrícula 405418-2
Diretor do SAMU/ Mossoró

SAMU – Mossoró
Rua: São de Janeiro, 509 – Santo Antônio – CEP: 59611-070 – Mossoró - RN
Tel / FAX: (0xx-84)3315-4915
e-mail: samumossoro@hotmail.com

Xerox



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Saúde Pública
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA
PRONTO SOCORRO VINGT-ROSADO NETO

REGISTRO N°

2.590.643

PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Nome: Francisco Simões Mendes da Silva D. N. 1/1/ Idade: 68
Profissão: Cartão SUS n°
Endereço: Rua: Barrocinha Bairro: Zona rural
Cidade: Mossoro U.F. Fone:
Filiação: Mãe: Pai:

Data: 03/03/2017

Hora: 19:25

A.C.C.R.:

1 - QUEIXA PRINCIPAL (Q.P) - HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL (H.D.A.)

AMARELO

Paciente vítima de colapso moto-bleética (condição do motor)
no apêndice, imediatamente do tipo Negro náuseas, vômitos de perda de
consciência Negro Algodão Reforço de MIE e MSE.

2 - EXAME FÍSICO

PA - 110 X 70

Exame físico, normalizado, inconspicuo, normalizado

A - Vítima de colapso, normalizado, inconspicuo, normalizado

B - MIE e MSE normalizado

C - MIE e MSE normalizado

D - MIE e MSE normalizado

E - Sinais de continuidade com perda de consciência em perna E e em
MSE MIE e MSE com mobilidade, sempre normalizado.
Abdomen flácido e indolor à inspeção.

3 - HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S)

1) Pólio

2) Edo

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORO

SAME/ARQUIVO

4 - CONDUTA MÉDICA

Data: 03, 02, 47

Hora: 20 : 00

27 Avaliação de "Indometolozina"

#ORTOREDA#

Feruto com fratura de fíbula proximal (E) + fratura platina fíbula. Feruto em fixação unilocal de 1/3 distal de perna (E).

Obj: do custo corrigido para fixação de flutuante -
manter estabilidade do flutuante.

Dr. Untch, 1095 Ferreira
Oxnard, CA 93030
Cell: 805-705-6745
Fax: 805-452-1414

5 - PRESCRIÇÃO MÉDICA

[illegible]

ESTA CONFORME O ORIGINAL
SOME MOSSORÓ

SAME/ARQUIVO

6 - DIAGNÓSTICO(S) DEFINITI(S)

7 - CONCLUSÃO DO ATENDIMENTO

() ALTA DO PRONTO SOCORRO (☒) INTERVENÇÃO HOSPITALAR () TRANSFERÊNCIA () OUTROS (Descrever)

Observações

Data: $1 \quad 1$

Hora: :

Identificação Médica



Sistema
Único de
Saúde

Ministério
da
Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

189253

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

H.R.T.M

2 - CNES

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

H.R.T.M

4 - CNES

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

Francisco Sumário Mendes da Silva

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

701510131452794101510

8 - DATA DE NASCIMENTO

02/01/57

9 - SEXO

Masc. ☒ 1

Fem. ☐ 3

10 - RAÇA/COR

11 - NOME DA MÃE

Francisca Mendes da Silva

12 - TELEFONE DE CONTATO

DDD _____ Nº DO TELEFONE _____

13 - NOME DO RESPONSÁVEL

14 - TELEFONE DE CONTATO

DDD _____ Nº DO TELEFONE _____

15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

Sítio Barrinha Zona Rural

16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

Mossoró

17 - CDD. IBGE MUNICÍPIO

18 - UF

RN

19 - CEP

JUSTIFICATIVA DA INTERVENÇÃO

20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Paciente vítima de queda
de costas com fratura de
pelve (ilustração)

21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Necessidade de estabilizar a fratura

22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

RX + exame ortopédico

23 - DIAGNÓSTICO INICIAL

fratura de pelve bbf

24 - CID 10 PRINCIPAL

S52.8

25 - CID 10 SECUNDÁRIO

V29.9

26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO

27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

fratura de pelve

28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

74100.01.00.50.50.00

29 - CLÍNICA

30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

31 - DOCUMENTO

() CNS () CPF

32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

Mayara Souza

34 - DATA DA SOLICITAÇÃO

03/02/17

35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

37 - () ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO

38 - () ACIDENTE DE TRABALHO TRAJETO

39 - CNPJ DA SEGURADORA

40 - Nº DO BILHETE

41 - SÉRIE

42 - CNPJ EMPRESA

43 - CNPJ DA EMPRESA

44 - CBOR

45 - VÍNCULO COM PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO

() EMPREGADOR

() AUTÔNOMO

() DESEMPREGADO

() APOSENTADO

() NÃO SEGURADO

AUTORIZAÇÃO

46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47 - CDD. EMISSÃO EMISSOR

52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

48 - DOCUMENTO

() CNS () CPF

49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

1 / 1

51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

HOSPITAL REGIONAL TAUÍSSA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORÓ 17/05/2017

SAME/ARQUIVO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MALA
EVOLUÇÃO E PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome: Fco Simão 60anos

CLÍNICA CIRÚRGICA - ENFERMARIA: 301 Leito: 6

DATA DE ADMISSÃO: 04/02/17 Procedência: Fazenda Nova

DATA

EVOLUÇÃO

14/02/17 - 10DIH: Fratura de plato tibial E.
Em uso de fixador externo

Sem queixas no momento da visita.
Exame neurovascular preservado.
Diurese e evacuação fisiológicas.

CD: VPM

Incidendo no Síncope

301/4

DATA

PRESCRIÇÃO

HORÁRIO

- 1 Dieta livre
- 2 Acesso Venoso
- 3 CL ENXANI 40MG se 1X DIA
- 4 Dipirona 1g - ABD EX 6-6h
- 5 Cefalotina 1g EV 6-6h
- 6 Cateteres diários
- 7 SNA V - CC Cat

cont
10
10:36 2204
10:36 2204

✓
A.H. Junior
Dr. Paulo Romero de Sousa Falcão
Ortopedia e Traumatologia
TEOT 14381
CRM/RN 5924

HOSPITAL REGIONAL

ESTÁ CONFORME

SAME MOSSORÓ

SAME/ARQUIVO

17/05/2017



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA

BOLETIM OPERATÓRIO

Nome: Francisco Soma Mendes da Silva Reg N° _____

Diagnóstico pré-operatório: fratura de platisma fibrofascial (E)

Indicação terapêutica: placas, após estabilização da fratura.

INTERVENÇÃO

Início: _____ Fim: _____ Duração: _____

Operador: Naupha Souza

1º Auxiliar: Edmundo Medeiros

2º Auxiliar: _____

3º Auxiliar: _____

Instrumentador: _____

Anestesista: Luana Lucinda

INTERVENÇÃO

Via de acesso - Incisão - Aspecto nos órgãos e lesões encontradas - Técnicas empregadas e descrição dos processos - ligadura e suturas empregadas - Drenagem - Curativos - Diagnóstico Operatório - Prognóstico Operatório - Potencial de Contaminação

(☒) Limpa (☐) Pot. Contaminada (☐) Contaminada (☐) Infectada

- ① Ferimento em DTH. por anestesia ② Anestesia + colocação de carpes externos
③ limpeza da ferida em 1/3 distal de ante
④ fixador externo transosteorotário em pelvis ⑤
⑥ montagem do fixador ⑦ sutura de pele
⑧ curativo ⑨ ao SPTA.

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORÓ

SAME/ARQUIVO



(1)

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170406750 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA FRANCISCO SIMAO MENDES DA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Sabemi Seguradora S/A-Filial Natal-RN

BENEFICIÁRIO FRANCISCO SIMAO MENDES DA SILVA

CPF/CNPJ: 24196711472

Posição em 22-10-2017 10:39:15

Pagamento creditado ao beneficiário de acordo com os dados informados na autorização de pagamento.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
09/08/2017	R\$ 7.087,50	R\$ 0,00	R\$ 7.087,50

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documento Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO





Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Processo: 0809524-37.2018.8.20.5106 - [Seguro obrigatório - DPVAT]

AUTOR: FRANCISCO SIMAO MENDES DA SILVA

Advogado(s) do reclamante: FRANCISCO FABIO DE MOURA JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Decisão

A presente ação versa sobre Seguro Obrigatório - DPVAT, o que enseja a competência privativa da 6ª Vara Cível desta Comarca de Mossoró.

Assim sendo, declaro a incompetência deste Juízo e determino a remessa ao Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró.

Remeta-se.

Mossoró, 30 de maio de 2018

Assinado eletronicamente por

EDINO JALES DE ALMEIDA JUNIOR

Juiz de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0809524-37.2018.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: FRANCISCO SIMAO MENDES DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

INTIME-SE o(a) autor(a), através de seu (sua) patrono(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias emendar a inicial, conforme art. 319, II, do CPC, juntando aos autos cópia de seu último comprovante de rendimentos ou de sua última declaração fiscal, ou, ainda, declaração de hipossuficiência, a fim de ser apreciado o pedido de gratuidade judiciária, sob pena de indeferimento do pleito, conforme autoriza o art. 99, §2º do CPC.

Após, retornem os autos conclusos.

P.I.

MOSSORÓ/RN, 23 de julho de 2018

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0809524-37.2018.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: FRANCISCO SIMAO MENDES DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

INTIME-SE o(a) autor(a), através de seu (sua) patrono(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias emendar a inicial, conforme art. 319, II, do CPC, juntando aos autos cópia de seu último comprovante de rendimentos ou de sua última declaração fiscal, ou, ainda, declaração de hipossuficiência, a fim de ser apreciado o pedido de gratuidade judiciária, sob pena de indeferimento do pleito, conforme autoriza o art. 99, §2º do CPC.

Após, retornem os autos conclusos.

P.I.

MOSSORÓ/RN, 23 de julho de 2018

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



AO JUÍZO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Ação de Cobrança de Seguro DPVAT

Processo nº 0809524-37.2018.8.20.5106

Autor(a): FRANCISCO SIMAO MENDES DA SILVA

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGUROS DPVAT S/A

FRANCISCO SIMAO MENDES DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, em que contende com **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGUROS DPVAT S/A**, não menos qualificada, vem a presença de Vossa Excelência por intermédio de seu advogado legalmente constituído, em obediência ao Despacho retro requerer a juntada aos autos do comprovante de rendimentos do Autor.

Oportunamente destaca-se que a jurisprudência pátria tem firmado entendimento de que faz *jus* à concessão dos benefícios da Justiça Gratuita as pessoas com rendimentos inferiores a 03 (três) salários mínimos, senão vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RENDIMENTOS INFERIORES A TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. 1. A concessão de assistência judiciária gratuita decorre de efetiva demonstração de carência econômica, mesmo momentânea, independentemente da condição de pobreza ou miserabilidade da parte, consoante estabelece o art. 2º, § único da Lei 1.060/50, combinado com o artigo 5º, LXXIV da CF. 2. A situação fática examinada autoriza a concessão do benefício, em função do agravante perceber rendimento mensal inferior a três salários mínimos, valor este insuficiente para atender as necessidades básicas garantidas constitucionalmente e as despesas processuais. Dado provimento, de plano, ao agravo de instrumento. (Agravado de Instrumento Nº 70065625857, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 16/07/2015). (TJ-RS - AI: 70065625857 RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Data de Julgamento: 16/07/2015, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 21/07/2015).

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. RENDIMENTOS INFERIORES A TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS. HIPOSSUFICIÊNCIA DEMONSTRADA. 1. A decisão agravada negou a gratuidade de justiça, pois as declarações de renda apresentadas demonstram capacidade econômica do autor/agravante para arcar com as despesas processuais. 2. Embora, em princípio, baste a afirmação de miserabilidade para se deferir o benefício de gratuidade de justiça, pode o juiz de primeiro grau afastar a presunção relativa de hipossuficiência e indeferir-lo, considerando os elementos dos autos; e o Tribunal também, se o agravo não vier instruído com comprovantes de despesas pessoais e/ou familiares suficientes para convencer do justo enquadramento do autor (a) na classe. Precedentes. 3. O agravante recebe valor líquido abaixo de três salários mínimos, critério objetivo adotado neste Tribunal, e comprovou, na esfera recursal, a impossibilidade de arcar com as despesas inerentes ao processo, na Justiça Federal, diante dos elevados gastos com energia elétrica, gás, condomínio, telefonia móvel, telefonia fixa, TV a cabo, internet e educação, entre outros. 4. Agravo de instrumento provido. (TRF-2 00107443720154020000 0010744-37.2015.4.02.0000, Relator: NIZETE LOBATO CARMO, Data de Julgamento: 14/03/2016, 6ª TURMA ESPECIALIZADA).

Veja, Douto Julgador, qualquer cidadão que tenha renda mensal inferior a 03 (três) salários mínimos, incluídos por via lógica aqueles que não tem rendimentos, têm direito a gozar dos benefícios da Justiça Gratuita.

Frise-se que a Declaração de Hipossuficiência do Autor no bojo da Petição Inicial é **presumidamente verdadeira** nos termos do art. 99, §3º, do Novo Código de Processo Civil, não contento nos autos qualquer documento comprobatório do contrário.

Outrossim é imperioso salientar que a negativa ao Autor dos benefícios da Justiça Gratuita implica paralelamente na própria negativa de acesso à Justiça, em grave afronta aos ditames Constitucionais.

Face ao acima exposto reitera o pleito de deferimento da Justiça Gratuita e o prosseguimento do feito por ser o caminho que se adequa ao sentimento de Direito e Justiça.

Nesses termos,

Pede e confia no deferimento.

Mossoró/RN, 23 de agosto de 2018.

FRANCISCO FÁBIO DE MOURA JÚNIOR [1]

OAB/RN Nº 13.164

Rua Roderick Grandall, nº 20, sala 06, CEP 59.610-240, Centro, Mossoró-RN

(84) 3321-6721 - (84) 99159-0025 - fabio_moura_junior@hotmail.com

Pág. de 3.

[1] Documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL

00004-RN

Série



Polegar Direito



Número

96757



Francisco Simão de Moura Junior
Assinatura do portador

6

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome

Loc. Nasc.

Est.

Data

Filiação

Est. Civil

Doc. N°

Fls.

Liv.

Reg. Civil

Outro doc.

Situação Militar: Doc.

N°

Órgão

Est.

Naturalizado Dec. N°

Em

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em

Doc. Ident. N°

Exp. em

Estado

Obs.

Data Emissão

Assinatura do Funcionário

57 865 826/0001-30

CONTRATO DE TRABALHO

10

PARQUET SÃO PAULO REPRESENTAÇÕES

Empregador E SERVIÇOS S/C LTDA.

Av. Yervant Kissejikian N.º 2.225

Rua Americanaópolis - CEP 04657

Nº

Município SÃO PAULO - SP.

Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo

Redeno

C.B.O. nº

81110

Data admissão

de

junho

de 19

91

Registro nº

03

Fis/Ficha

03

Remuneração especificada

CRB 220,46

Wuxm

tos e Vinte Cruzinas e Quatenta
e sus centz (R\$) 7 Bon + produca

PARQUET SÃO PAULO REPRESENTAÇÕES

E SERVIÇOS S/C LTDA.

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º

2º

Data saída

de

setembro

de 19

91

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º

2º

PARQUET SÃO PAULO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS S/C LTDA.

CONTRATO DE TRABALHO

11

57 865 826/0001-30

Empregador

PARQUET SÃO PAULO REPRESENTAÇÕES

Rua E SERVIÇOS S/C LTDA. Nº

Município Av. Yervant Kissejian N.º 2.225

Esp. do estabelecimento CEP 04428-010

Cargo *Redator* SAO PAULO S.P.

C.B.O. nº 8 1110

Data admissão 01 de outubro de 19 77

Registro nº Fis/Ficha

Remuneração especificada 128,95 (cento e

doze reais e cinquenta e quatro centavos)

por hora e quarenta e dois por hora e meia

por hora e meia e quarenta e dois por hora e meia

PARQUET SÃO PAULO REPRESENTAÇÕES

E SERVIÇOS S/C LTDA

Ass. do empregador ou a cargo c/ test.

1º

2º

Data saída 01 de dezembro de 19 93

Parquet São Paulo Comércio de Madeiras Ltda.

1º

2º

FÁBIO JÚNIOR
- ADVOCACIA & CONSULTORIA JURÍDICA -

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **Francisco Simão Mendes da Silva**, brasileiro, viúvo, Pedreiro, portador(a) do Registro Geral - RG nº 588.110 SSP/RN, do Cadastro de Pessoa Física - CPF/MF nº 241.967.114-72, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Sebastião Benigno de Moura, nº 5 bairro Aeroporto, CEP 59607-310, Mossoró/RN, **DECLARO**, para os fins que se fizerem necessários, que sou pobre nos termos da Lei (art. 98 e 99, NCPC), não tendo condição de arcar com custas processuais e/ou honorários advocatícios sem prejuízo do meu próprio sustento e do sustento de minha família.

E por o acima exposto ser verdade, firmo a presente, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró/RN, 14/08/2018.

Francisco Simão Mendes da Silva
Declarante

BASE LEGAL:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

§ 5º Na hipótese do § 4º, o recurso que verse exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência fixados em favor do advogado de beneficiário estará sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade.

§ 6º O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.

§ 7º Requerida a concessão de gratuidade da justiça em recurso, o recorrente estará dispensado de comprovar o recolhimento do preparo, incumbindo ao relator, neste caso, apreciar o requerimento e, se indeferir-lo, fixar prazo para realização do recolhimento.

Rua Roderick Grandall, nº 20, sala 06, CEP 59.610-240, Centro, Mossoró-RN
(84) 3321-6721 - (84) 99159-0025 - fabio_moura_junior@hotmail.com

Pág. de 3.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

0809524-37.2018.8.20.5106

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0809524-37.2018.8.20.5106

AUTOR: FRANCISCO SIMÃO MENDES DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo de 30(trinta) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 16 de outubro de 2018.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juíza de Direito em substituição legal

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)